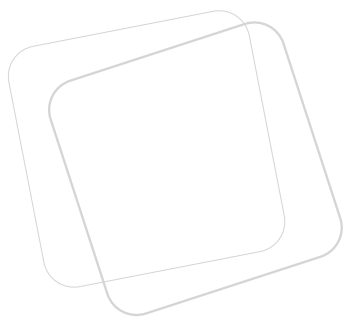




# SUMÁRIO

## 1. O PROCESSO PARA A TUTELA COLETIVA E ESTRUTURAL DE DIREITOS

|                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <i>Edilson Vitorelli</i> .....                                                                                   | 21 |
| 1. Introdução: as origens do processo coletivo brasileiro.....                                                   | 22 |
| 2. O microsistema processual coletivo .....                                                                      | 23 |
| 3. Os Conceitos tradicionais de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....                       | 24 |
| 4. Ajustes à classificação: pretensões, não direitos.....                                                        | 26 |
| 5. Ajustes à classificação: identidade entre direitos difusos e coletivos.....                                   | 26 |
| 6. E o conceito se globalizou: direitos difusos e coletivos pelo mundo .....                                     | 27 |
| 6.1 México .....                                                                                                 | 28 |
| 6.2 Colômbia .....                                                                                               | 29 |
| 6.3 Venezuela .....                                                                                              | 30 |
| 6.4 Peru.....                                                                                                    | 30 |
| 6.5 Europa .....                                                                                                 | 30 |
| 7. O que há de errado com o conceito de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos? .....              | 32 |
| 8. Um novo começo: proposta alternativa ao conceito de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos..... | 33 |
| 8.1 Litígios coletivos.....                                                                                      | 34 |
| 8.2 Litígios coletivos globais.....                                                                              | 35 |
| 8.3 Litígios coletivos locais.....                                                                               | 35 |
| 8.4 Litígios coletivos irradiados.....                                                                           | 37 |
| 8.4.1 Litígios estruturais .....                                                                                 | 39 |
| 9. Conclusão: benefícios esperados a partir da nova classificação.....                                           | 41 |
| Referências .....                                                                                                | 42 |
| 1. Introdução: as origens do processo coletivo brasileiro.....                                                   | 48 |
| 2. A proteção material dos direitos coletivos.....                                                               | 49 |
| 3. Modelos de sistemas de processos coletivos: alternativas .....                                                | 50 |
| 4. O modelo brasileiro de processo coletivo .....                                                                | 53 |
| 5. O Ministério Público como autor das ações coletivas.....                                                      | 58 |
| 5.1 Fatores institucionais .....                                                                                 | 58 |
| 5.2 Fatores subjetivos .....                                                                                     | 59 |

|                                                                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.3 Fatores objetivo-normativos .....                                                                                                                              | 60  |
| 5.4 Resultados quantitativos .....                                                                                                                                 | 61  |
| 5.5 Fraquezas potenciais da atuação do Ministério Público .....                                                                                                    | 62  |
| 6. Atuação estrutural .....                                                                                                                                        | 64  |
| 7. Atuação em grandes desastres .....                                                                                                                              | 67  |
| 8. Considerações finais: riscos e desafios .....                                                                                                                   | 68  |
| 1. Introdução.....                                                                                                                                                 | 70  |
| 2. Conceito de litígio coletivo.....                                                                                                                               | 71  |
| 2.1 O conceito de sociedade.....                                                                                                                                   | 71  |
| 2.2 Os litígios coletivos de acordo com os conceitos de sociedade: indica-<br>dores.....                                                                           | 73  |
| 2.2.1 Conflituosidade .....                                                                                                                                        | 73  |
| 2.2.2 Complexidade.....                                                                                                                                            | 74  |
| 2.3 Os litígios coletivos de acordo com os conceitos de sociedade: tipolo-<br>gia.....                                                                             | 76  |
| 2.3.1 Litígios coletivos de difusão global (litígios globais) .....                                                                                                | 77  |
| 2.3.2 Litígios coletivos de difusão local (litígios locais).....                                                                                                   | 78  |
| 2.3.3 Litígios coletivos de difusão irradiada (litígios irradiados) .....                                                                                          | 80  |
| 2.4 Síntese das categorias: como os litígios globais, locais e irradiados se<br>relacionam com os direitos difusos, coletivos e individuais homogêne-<br>os? ..... | 84  |
| 3. Processo coletivo.....                                                                                                                                          | 87  |
| 4. Litígios estruturais.....                                                                                                                                       | 92  |
| 5. Processos estruturais (structural litigation).....                                                                                                              | 98  |
| 5.1 O conceito de Processo Estrutural de acordo com o Projeto de Lei 3/2025<br>e a Recomendação CNJ 163/2025 .....                                                 | 107 |
| 5.3 O perfil do processo estrutural de acordo com o Projeto de Lei 3/2025.....                                                                                     | 112 |

## 2. MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA NA TUTELA DOS DIREITOS OU INTERESSES COLETIVOS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Gregório Assagra de Almeida   Rafael de Oliveira Costa   Samuel Alvarenga</i> .....                                                                                                                                                                                                                                                               | 113 |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 116 |
| 1. Direitos e garantias fundamentais como valores fundantes DA Constituição E DO<br>ESTADO e Núcleos essenciais do sistema jurídico: a importância das categorias<br>do pensamento crítico e do acesso à justiça como método de pensamento<br>para a atuação do Ministério Público na indução da transformação positiva<br>da realidade social ..... | 117 |
| 1.1. Os direitos e as garantias constitucionais fundamentais na nova dico-<br>tomia constitucional consagrada na CR/1988 .....                                                                                                                                                                                                                       | 117 |
| 1.2. A importância da teoria crítica do direito e das categorias do pensamento<br>crítico para a efetivação dos direitos fundamentais por intermédio de<br>uma práxis de indução da transformação positiva da realidade social .                                                                                                                     | 119 |
| 1.2.1. Considerações sobre a Teoria Crítica do Direito. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 119 |
| 1.2.2. O objeto da teoria crítica do direito. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 123 |

|         |                                                                                                                                                                                 |     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.2.3.  | A hermenêutica na teoria crítica do direito .....                                                                                                                               | 124 |
| 1.2.4.  | As Categorias do Pensamento na Teoria Crítica do Direito .....                                                                                                                  | 125 |
| 1.2.5.  | Um Novo Enfoque sobre o Acesso à Justiça à Luz da Teoria Crítica do Direito. ....                                                                                               | 127 |
| 1.2.6.  | O acesso à justiça como método de pensamento .....                                                                                                                              | 129 |
| 1.2.7.  | O Acesso à Justiça como Paradigma para os Modelos Explicativos dos Direitos e das Garantias Fundamentais Consagrados na CR/1988.....                                            | 130 |
| 1.2.8.  | O Acesso à Justiça como fundamento do raciocínio jurídico e como direito/garantia central em uma democracia .....                                                               | 132 |
| 1.2.9.  | O conceito ampliado de acesso à justiça: sistema de resolução por adjudicação e sistema de resolução pelo diálogo/consenso .....                                                | 133 |
| 1.2.10. | O conceito ampliado de acesso à justiça e os dois modelos de atuação do Ministério Público: jurisdicional e extrajurisdicional .....                                            | 135 |
| 2.      | O Ministério Público como garantia institucional constitucional fundamental de acesso à justiça.....                                                                            | 136 |
| 3.      | As Corregedorias como garantias fundamentais da própria garantia Ministério Público .....                                                                                       | 140 |
| 4.      | O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL NA CR/1988.....                                                                                                               | 140 |
| 4.1.    | Uma nova dicotomia constitucionalizada dos direitos e deveres e sua importância para a aferição das atribuições do Ministério .....                                             | 140 |
| 5.      | Fatores para a ampliação da legitimação social das funções constitucionais do Ministério Público .....                                                                          | 142 |
| 5.1.    | Priorização da atuação preventiva.....                                                                                                                                          | 143 |
| 5.2.    | Exercício da função pedagógica da cidadania: um compromisso constitucional social do Ministério Público (arts. 1º, parágrafo único, 3º, 6º, 127, caput, e 205, da CR/1988)..... | 146 |
| 5.3.    | Realização periódica de audiências públicas .....                                                                                                                               | 147 |
| 5.3.1.  | Fundamentação constitucional e infraconstitucional .....                                                                                                                        | 147 |
| 5.3.2.  | Princípio democrático (artigo 1º da CR/1988) .....                                                                                                                              | 149 |
| 5.3.3.  | Princípio da publicidade ampla, irrestrita e popular (artigos 5º, LX, e 37, caput, ambos da CR/1988) .....                                                                      | 149 |
| 5.3.4.  | Princípio do retorno ou da resposta à sociedade ou ao cidadão ou da prestação de contas das medidas e resultados (artigo 5º, XXXIV, a, da CR/1988).....                         | 149 |
| 5.3.5.  | Princípio da periodicidade .....                                                                                                                                                | 150 |
| 5.3.6.  | Princípio da solenidade relativizada.....                                                                                                                                       | 150 |
| 5.3.7.  | Princípio da não-taxatividade em abstrato ou da não-limitação em abstrato do objeto da audiência pública.....                                                                   | 150 |
| 5.3.8.  | Princípio do prévio agendamento e da escolha adequada do dia, local e horário que facilite o acesso ao público diretamente interessado.....                                     | 150 |
| 5.3.9.  | Princípio da oralidade e da informalidade.....                                                                                                                                  | 150 |

|          |                                                                                                                                                              |     |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.4.     | Provocação articulada e sistematizada do controle jurisdicional (abstrato/ concentrado e difuso/incidental) e extrajurisdicional da constitucionalidade..... | 155 |
| 5.5.     | Ampliação e estruturação do modelo do Ministério Público com atuação extrajurisdicional .....                                                                | 156 |
| 5.6.     | Atuação vinculada à especificação funcional da Instituição .....                                                                                             | 157 |
| 5.7.     | Acompanhamento da tramitação processual e a fiscalização da execução dos provimentos jurisdicionais .....                                                    | 158 |
| 5.8.     | Adequação da independência funcional do órgão do Ministério Público ao planejamento funcional estratégico da Instituição .....                               | 159 |
| 5.9.     | Formação humanista, multidisciplinar e interdisciplinar dos membros e servidores do Ministério Público .....                                                 | 159 |
| 5.10.    | Revisitação da atuação como órgão interveniente no processo civil com base na teoria dos direitos e garantias constitucionais fundamentais...                | 160 |
| 5.11.    | Utilização dos projetos sociais institucionais como novos mecanismos de atuação da Instituição.....                                                          | 161 |
| 5.12.    | Atuação sistematizada e articulada na defesa de direitos ou interesses individuais homogêneos.....                                                           | 163 |
| 5.13.    | A necessidade de que os mecanismos de resolução consensual dos conflitos sejam consagrados na cultura e implementados na prática do Ministério Público ..... | 164 |
| 5.14.    | Do consenso no Processo Penal: o procedimento para celebração de acordos de delação premiada.....                                                            | 173 |
| 5.14.1.  | Requisitos para apresentação da proposta de acordo.....                                                                                                      | 173 |
| 5.14.2.  | Como deve ser “procedimentalizada” a celebração do acordo?                                                                                                   | 173 |
| 5.14.3.  | Parâmetros para a propositura do acordo.....                                                                                                                 | 175 |
| 5.14.4.  | Indispensabilidade da presença de advogado .....                                                                                                             | 175 |
| 5.14.5.  | Conflito de Atribuições na Celebração de Acordos de Delação Premiada Coletiva .....                                                                          | 176 |
| 5.14.6.  | Conteúdo mínimo do Acordo de Delação Premiada Coletiva.                                                                                                      | 176 |
| 5.14.7.  | Parâmetros para a fixação da pena corporal do colaborador.....                                                                                               | 177 |
| 5.14.8.  | Sanções diversas da pena corporal .....                                                                                                                      | 178 |
| 5.14.9.  | Efeitos penais que devem necessariamente ser previstos no acordo.....                                                                                        | 178 |
| 5.14.10. | Efeitos cíveis passíveis de serem previstos no acordo.....                                                                                                   | 178 |
| 5.14.11. | Efeitos passíveis de serem regulamentados pelo acordo em crimes perpetrados em benefício ou interesse de pessoa jurídica.....                                | 178 |
| 5.14.12. | Negócio jurídico processual sobre eventual recurso a ser interposto contra a sentença.....                                                                   | 178 |
| 5.14.13. | Cláusula de preservação do acordo.....                                                                                                                       | 179 |
| 5.14.14. | Compartilhamento de provas.....                                                                                                                              | 179 |
| 5.14.15. | Arquivamento do Acordo .....                                                                                                                                 | 179 |
| 5.14.16. | Celebração de acordo após o oferecimento de denúncia .....                                                                                                   | 179 |
| 5.14.17. | Conclusão.....                                                                                                                                               | 179 |

|        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |     |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.     | DIRETRIZES NORMATIVAS SOBRE O NOVO PERFIL DE ATUAÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA COLETIVA .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 180 |
| 6.1.   | A Função Orientadora do Conselho Nacional do Ministério Público e da Corregedoria Nacional e a Unidade do Ministério Público como Instituição de Caráter Nacional.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 180 |
| 6.2.   | Recomendações como espécies de normas jurídicas de caráter orientativo .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 181 |
| 6.3.   | A Carta de Brasília e o compromisso de avaliar, orientar e fiscalizar o ministério público visando a efetividade social da sua atuação e a prevenção e a redução dos litígios.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 181 |
| 6.4.   | Outras regulamentações normativas e propostas importantes para o papel constitucional do ministério público na prevenção e redução dos litígios e na tutela coletiva .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 186 |
| 6.4.1. | A Recomendação CNMP nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 186 |
| 6.4.2. | Recomendação CNMP Nº 57, de 05 de julho de 2017, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nos Tribunais.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 187 |
| 6.4.3. | Resolução CNMP Nº 179, de 26 de julho de 2017, que regula-menta o § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.....                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 187 |
| 6.4.4. | Resolução CNMP Nº 181, de 07 de agosto de 2017, com redação dada pela Resolução nº 183, 24 de janeiro de 2018, que dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.....                                                                                                                                                                                                                                                                        | 191 |
| 6.4.5. | Recomendação CNMP nº 63, de 26 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a necessidade de especialização de órgão do Mi-nistério Público para a atuação nos conflitos coletivos agrários e fundiários.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 193 |
| 6.4.6. | Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN Nº 01, de 15 de março de 2018 (Recomendação de Maceió), que dispõe so-bre o Estágio Probatório dos Membros do Ministério Público Brasileiro e estabelece outras diretrizes .....                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 194 |
| 6.4.7. | A Proposta de Recomendação em tramitação no CNMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em Políticas Públicas Efetivadoras de Direitos Fundamentais e estabelece diretrizes para a realização ou o referendo de acordos .....                                                                                                                                                                                                                                                                   | 195 |
| 6.4.8. | Normativa Estadual de destaque: Resolução Conjunta EMG/PGJ Nº 1, de 11 de setembro de 2015, que institui a Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos e dispõe sobre suas atribuições. A Resolução Conjunta EMG/PGJ Nº 1, de 11 de setembro de 2015, institui a Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos e dispõe sobre suas atribuições, visando a pre-venção e a redução de litígios que envolvam o exercício das funções constitucionais pelo Ministério Público e o Estado de Minas Gerais. .... | 199 |

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.4.9.    | A Recomendação Geral CN-CNMP nº 02, de 21 de junho de 2018 (aspectos gerais).....                                                                                                                                                                                                                                      | 199 |
| 6.4.9.1.  | Crítérios finalísticos e formais para aferição da resolutividade da atuação .....                                                                                                                                                                                                                                      | 202 |
| 6.4.9.2.  | Da análise da gestão .....                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 202 |
| 6.4.9.3.  | Da avaliação da regularidade dos serviços.....                                                                                                                                                                                                                                                                         | 203 |
| 6.4.9.4.  | Da busca pela resolutividade (aspectos gerais) .....                                                                                                                                                                                                                                                                   | 204 |
| 6.4.9.5.  | Dos testes de fatores para aferir se é caso de acordo ou se o acordo é adequado, justo e razoável .....                                                                                                                                                                                                                | 205 |
| 6.4.9.6.  | Da busca pela implementação de políticas públicas. ....                                                                                                                                                                                                                                                                | 207 |
| 6.4.9.7.  | Do impacto social da atuação do Ministério Público .....                                                                                                                                                                                                                                                               | 207 |
| 6.4.10.   | A Recomendação CNMP nº 52, de 28 de março de 2018, na qualidade de Norma Jurídica Orientativa da Política Nacional de Gestão de Pessoas para o Ministério Público brasileiro e sua importância para a evolução humana e a qualidade vida no trabalho dos Membros, Servidores e Estagiários do Ministério Público ..... | 208 |
| 6.4.10.1. | Aspectos gerais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 208 |
| 6.4.10.2. | Conceitos e Definições da Política Nacional de Gestão de Pessoas para o Ministério Público Brasileiro.....                                                                                                                                                                                                             | 209 |
| 6.4.10.3. | Princípios da Política Nacional de Gestão de Pessoas para o Ministério Público Brasileiro .....                                                                                                                                                                                                                        | 210 |
| 7.        | ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA COLETIVA COM ÊNFASE ESPECIAL PARA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL .....                                                                                                                                                                     | 212 |
| 7.1.      | Considerações iniciais sobre a tutela coletiva e o Ministério Público.....                                                                                                                                                                                                                                             | 212 |
| 7.1.1.    | A Constituição de 1988 e o Direito Coletivo.....                                                                                                                                                                                                                                                                       | 212 |
| 7.1.2.    | A tutela coletiva.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 218 |
| 7.1.3.    | O Direito Processual Coletivo como Novo Ramo do Direito Processual (Surgimento).....                                                                                                                                                                                                                                   | 220 |
| 7.1.4.    | Divisão e objeto material do direito processual coletivo .....                                                                                                                                                                                                                                                         | 221 |
| 7.1.5.    | Conceito e natureza jurídica.....                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 222 |
| 7.1.6.    | A intensificação da importância dos princípios no Direito Processual Coletivo .....                                                                                                                                                                                                                                    | 222 |
| 7.1.7.    | Princípios processuais específicos do direito processual coletivo comum. ....                                                                                                                                                                                                                                          | 223 |
| 7.1.8.    | Outras diretrizes interpretativas do direito processual coletivo comum.....                                                                                                                                                                                                                                            | 228 |
| 7.1.9.    | Obstáculos relacionados à interpretação e à aplicação do direito processual coletivo comum .....                                                                                                                                                                                                                       | 229 |
| 7.1.10.   | O Ministério Público na Tutela Coletiva.....                                                                                                                                                                                                                                                                           | 230 |

|                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.1.11. O Ministério Público no processo coletivo e a possibilidade de formação de litisconsórcio entre Ministérios Públicos da União e dos Estados..... | 232 |
| 7.2. O Ministério Público Estadual na Tutela Coletiva (apontamentos e considerações reflexivas).....                                                     | 235 |
| 8. CONCLUSÕES.....                                                                                                                                       | 252 |
| REFERÊNCIAS.....                                                                                                                                         | 256 |
| <b>3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO SÉCULO XXI: TRAJETÓRIA E DESAFIOS</b>                                                   |     |
| <i>Geisa de Assis Rodrigues</i> .....                                                                                                                    | 267 |
| 1. Evolução do Ministério Público no sistema constitucional brasileiro até 1988.....                                                                     | 267 |
| 2. O Ministério Público na Constituição de 1988.....                                                                                                     | 271 |
| 3. O Ministério Público pós Constituição de 1988.....                                                                                                    | 274 |
| 4. Desafios para o Ministério Público do século XXI.....                                                                                                 | 277 |
| Referências bibliográficas.....                                                                                                                          | 288 |
| <b>4. A TUTELA DO CONSUMIDOR</b>                                                                                                                         |     |
| <i>Felipe Braga Netto</i> .....                                                                                                                          | 291 |
| 1. Um direito em elaboração contínua e realização permanente.....                                                                                        | 291 |
| 2. A passagem do individual para o coletivo.....                                                                                                         | 296 |
| 3. Um olhar jurisprudencial para os princípios.....                                                                                                      | 298 |
| 3.1. Vulnerabilidade do consumidor.....                                                                                                                  | 298 |
| 3.1.1. Vulnerabilidade digital.....                                                                                                                      | 301 |
| 3.2. Informação.....                                                                                                                                     | 303 |
| 3.3. Segurança.....                                                                                                                                      | 309 |
| 3.4. Transparência.....                                                                                                                                  | 312 |
| 3.5. Equilíbrio nas prestações.....                                                                                                                      | 313 |
| 3.6. Reparação integral.....                                                                                                                             | 318 |
| 3.7. Solidariedade.....                                                                                                                                  | 323 |
| 3.8. Interpretação mais favorável ao consumidor.....                                                                                                     | 327 |
| 3.9. Boa-fé objetiva.....                                                                                                                                | 330 |
| 3.10. Reparação objetiva.....                                                                                                                            | 332 |
| 3.11. Adimplemento substancial.....                                                                                                                      | 337 |
| 3.12. Venire contra factum proprium.....                                                                                                                 | 338 |
| 3.13. Conservação do contrato.....                                                                                                                       | 339 |
| 3.14. Modificação das prestações desproporcionais.....                                                                                                   | 341 |
| 3.15. Equidade.....                                                                                                                                      | 342 |
| 4. Uma breve palavra de conclusão.....                                                                                                                   | 344 |
| <b>5. A TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>                                                                                                                 |     |
| <i>Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Júnior   Beatriz Lopes de Oliveira</i>                                                                         |     |
| <i>Wallace Paiva Martins Junior</i> .....                                                                                                                | 347 |

|            |                                                                                |     |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.         | INTRODUÇÃO .....                                                               | 348 |
| 1.1.       | Moralidade administrativa.....                                                 | 350 |
| 1.2.       | Moralidade administrativa e patrimônio público como direitos fundamentais..... | 351 |
| 1.3.       | Conceito de improbidade administrativa .....                                   | 352 |
| 2.         | FONTES NORMATIVAS.....                                                         | 354 |
| 2.1.       | Antecedentes constitucionais.....                                              | 354 |
| 2.2.       | Antecedentes infraconstitucionais.....                                         | 355 |
| 2.3.       | Fontes normativas atuais.....                                                  | 357 |
| 2.3.1.     | Fontes internacionais.....                                                     | 357 |
| 2.3.2.     | Fontes constitucionais.....                                                    | 357 |
| 2.3.3.     | Fontes infraconstitucionais.....                                               | 357 |
| 3.         | CONTROLE DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....                                    | 358 |
| 3.1.       | Controle preventivo .....                                                      | 358 |
| 3.1.1.     | Códigos de conduta.....                                                        | 358 |
| 3.1.2.     | Conflito de interesses .....                                                   | 360 |
| 3.1.3.     | Incompatibilidades .....                                                       | 361 |
| 3.1.4.     | Nepotismo.....                                                                 | 362 |
| 3.1.4.1.   | Nepotismo e a nomeação de agentes políticos .....                              | 364 |
| 3.1.5.     | Monitoramento da evolução patrimonial .....                                    | 364 |
| 3.1.6.     | Programas de integridade .....                                                 | 365 |
| 3.2.       | Controle repressivo .....                                                      | 366 |
| 3.2.1.     | Controle repressivo administrativo .....                                       | 366 |
| 3.2.2.     | Controle repressivo legislativo.....                                           | 367 |
| 3.2.3.     | Controle repressivo jurisdicional.....                                         | 368 |
| 3.2.3.1.   | Ação popular.....                                                              | 369 |
| 3.2.3.1.1. | Cabimento .....                                                                | 370 |
| 3.2.3.1.2. | Legitimidade ativa.....                                                        | 370 |
| 3.2.3.1.3. | Legitimidade passiva.....                                                      | 371 |
| 3.2.3.1.4. | Pedido.....                                                                    | 371 |
| 3.2.3.2.   | Responsabilização da pessoa jurídica – Lei nº 12.846/2013.....                 | 372 |
| 3.2.3.2.1. | Responsabilidade objetiva .....                                                | 372 |
| 3.2.3.2.2. | Atos lesivos.....                                                              | 373 |
| 3.2.3.2.3. | Responsabilização judicial.....                                                | 375 |
| 3.2.3.2.4. | Acordo de leniência.....                                                       | 377 |
| 4.         | SUJEITOS DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....                            | 377 |
| 4.1.       | Agentes públicos.....                                                          | 377 |
| 4.2.       | Terceiros.....                                                                 | 378 |
| 4.3.       | Sucessores .....                                                               | 379 |
| 5.         | atos de improbidade administrativa em espécie .....                            | 379 |
| 5.1.       | Considerações gerais.....                                                      | 379 |



|         |                                                                                      |     |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.    | Atos que importam enriquecimento ilícito: panorama geral.....                        | 382 |
| 5.3.    | Atos que importam prejuízo ao erário: panorama geral.....                            | 385 |
| 5.4.    | Atos que atentam contra os princípios da administração pública: panorama geral.....  | 386 |
| 6.      | SANÇÕES.....                                                                         | 386 |
| 6.1.    | Anotações gerais.....                                                                | 386 |
| 6.2.    | Limites .....                                                                        | 387 |
| 6.3.    | Aumento da multa.....                                                                | 390 |
| 6.4.    | Termo inicial de eficácia das sanções .....                                          | 390 |
| 6.5.    | Menor potencial ofensivo .....                                                       | 391 |
| 7.      | PRESCRIÇÃO.....                                                                      | 392 |
| 7.1.    | Prazo de prescrição.....                                                             | 392 |
| 7.2.    | Termo inicial.....                                                                   | 393 |
| 7.3.    | Suspensão da prescrição .....                                                        | 394 |
| 7.4.    | Interrupção da prescrição .....                                                      | 395 |
| 7.5.    | Comunicabilidade .....                                                               | 395 |
| 7.6.    | Prescrição intercorrente.....                                                        | 396 |
| 7.7.    | Ressarcimento do dano e prescrição.....                                              | 397 |
| 7.8.    | Fixação de prazos para conclusão do inquérito civil e propositura da ação .....      | 397 |
| 8.      | APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....                                   | 398 |
| 8.1.    | Inquérito civil.....                                                                 | 401 |
| 8.1.1.  | Dispensabilidade do inquérito civil.....                                             | 402 |
| 8.1.2.  | Da instauração.....                                                                  | 402 |
| 8.1.3.  | Dos poderes investigatórios .....                                                    | 403 |
| 8.1.4.  | Informações e documentos sob sigilo .....                                            | 404 |
| 8.1.5.  | Instrumento para o acesso a dados sigilosos.....                                     | 405 |
| 8.1.6.  | Contraditório .....                                                                  | 406 |
| 8.1.7.  | Da publicidade e do sigilo.....                                                      | 407 |
| 8.1.8.  | Valor probatório.....                                                                | 408 |
| 8.1.9.  | Arquivamento .....                                                                   | 409 |
| 8.1.10. | Do termo de compromisso de ajustamento de conduta .....                              | 410 |
| 8.1.11. | Recomendação na seara da improbidade administrativa.....                             | 411 |
| 9.      | ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL .....                                                 | 412 |
| 9.1.    | Natureza jurídica .....                                                              | 414 |
| 9.2.    | Legitimados ativos.....                                                              | 414 |
| 9.3.    | Pressupostos .....                                                                   | 414 |
| 9.4.    | Conteúdo .....                                                                       | 416 |
| 9.5.    | Tipos de acordo.....                                                                 | 419 |
| 9.6.    | Formalização do ajuste, aprovação pelo órgão de revisão e homologação judicial ..... | 421 |
| 9.7.    | Descumprimento do acordo.....                                                        | 423 |

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 10. PROCESSO JUDICIAL – ESPECIFICIDADES DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... | 424 |
| 10.1. Considerações gerais – natureza civil.....                                   | 424 |
| 10.2. Tutela coletiva – ação civil pública.....                                    | 424 |
| 10.3. Legitimidade ativa.....                                                      | 425 |
| 10.4. Litisconsórcio passivo.....                                                  | 426 |
| 10.5. Posição da pessoa jurídica interessada.....                                  | 426 |
| 10.6. Aspectos relativos à competência.....                                        | 427 |
| 10.7. Tutela provisória na improbidade administrativa.....                         | 429 |
| 10.7.1. Indisponibilidade de bens.....                                             | 431 |
| 10.7.2. Afastamento da função pública.....                                         | 433 |
| 10.8. Petição inicial.....                                                         | 434 |
| 10.9. Correlação entre pedido e a sentença.....                                    | 435 |
| 10.10. Conversão em ação civil pública ou prosseguimento da demanda.....           | 436 |
| 10.11. Sentença.....                                                               | 436 |
| 11. Precedentes e A tutela do patrimônio público.....                              | 438 |
| Referências bibliográficas.....                                                    | 445 |

## 6. A TUTELA DO MEIO AMBIENTE

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Pedro Abi-EçabAlexandre Gaio</i> .....                                     | 451 |
| 1. UMA BREVE TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL.....                           | 452 |
| 1.1. Bem ambiental: conceito e características.....                           | 453 |
| 1.2. Antropocentrismo e biocentrismo (ou ecocentrismo).....                   | 455 |
| 1.3. Problemas ecológicos de primeira e de segunda geração.....               | 457 |
| 1.4. Paradigma ambiental como metavalor ou protoprincípio constitucional..... | 457 |
| 1.5. Tragédia dos bens comuns.....                                            | 458 |
| 1.6. Teoria do caos (“efeito borboleta”) e princípio da incerteza.....        | 459 |
| 1.7. Sociedade do risco.....                                                  | 461 |
| 1.8. O período Antropoceno.....                                               | 461 |
| 1.9. Direito Ambiental e dificuldade contramajoritária.....                   | 462 |
| 2. DIREITO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO AMBIENTAL.....           | 464 |
| 3. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....                                       | 467 |
| 3.1. Princípio da precaução e princípio da prevenção.....                     | 467 |
| 3.2. Princípio do poluidor-pagador e princípio do usuário-pagador.....        | 468 |
| 3.3. Princípio da transversalidade ou da ubiquidade.....                      | 469 |
| 3.4. Princípio da função ambiental.....                                       | 470 |
| 3.5. Princípio da equidade ou solidariedade intergeracional.....              | 472 |
| 3.6. Princípio do desenvolvimento sustentável.....                            | 473 |
| 3.7. Princípio do decrescimento sustentável.....                              | 474 |
| 3.8. Princípio da integração e da cooperação entre os povos.....              | 476 |
| 3.9. Princípio da intervenção ou defesa compulsória.....                      | 477 |

|          |                                                                                                                                              |     |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.10.    | Princípio da participação.....                                                                                                               | 478 |
| 3.11.    | Princípio da informação.....                                                                                                                 | 478 |
| 3.12.    | Princípio da correção na fonte.....                                                                                                          | 479 |
| 3.13.    | Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais.....                                                                                    | 480 |
| 3.14.    | Princípio da vedação do retrocesso e princípio do progresso ecológico.....                                                                   | 481 |
| 3.15.    | Princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada.....                                                                                 | 483 |
| 3.16.    | Princípio do protetor-recebedor ou do provedor-recebedor.....                                                                                | 484 |
| 3.17.    | Princípio da preservação da integridade do sistema climático .....                                                                           | 485 |
| 3.18.    | Princípio do limite ou controle .....                                                                                                        | 486 |
| 4.       | MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA .....                                                                                             | 487 |
| 4.1.     | O esverdeamento da Constituição e o Estado de Direito Ambiental ou Estado Constitucional Ecológico.....                                      | 487 |
| 4.2.     | Competências ambientais .....                                                                                                                | 490 |
| 5.       | POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE .....                                                                 | 493 |
| 5.1.     | Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA): diretrizes, objetivos, definições, princípios e instrumentos .....                                | 493 |
| 5.2.     | Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....                                                                                      | 495 |
| 5.2.1.   | Licenciamento Ambiental.....                                                                                                                 | 495 |
| 5.2.1.1. | Conceito.....                                                                                                                                | 495 |
| 5.2.1.2. | Procedimento.....                                                                                                                            | 496 |
| 5.2.1.3. | Competência.....                                                                                                                             | 501 |
| 5.2.1.4. | Estrutura mínima para o órgão municipal exercer o licenciamento ambiental .....                                                              | 503 |
| 5.2.1.5. | Controle e revisibilidade das licenças ambientais..                                                                                          | 504 |
| 5.2.2.   | Avaliação de Impactos Ambientais (AIA): funções, principais modalidades de estudos ambientais, características e traços diferenciadores..... | 508 |
| 5.2.3.   | Informações ambientais.....                                                                                                                  | 520 |
| 5.2.4.   | Zoneamento ambiental.....                                                                                                                    | 522 |
| 6.       | ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS.....                                                                                           | 524 |
| 6.1.     | Conceito.....                                                                                                                                | 524 |
| 6.2.     | O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).....                                                                                    | 527 |
| 6.2.1.   | Elementos gerais: criação, modificação e extinção, zona de amortecimento, plano de manejo e compensação ambiental .....                      | 527 |
| 6.2.2.   | Categorias de unidades.....                                                                                                                  | 532 |
| 6.2.3.   | Reserva de Biosfera .....                                                                                                                    | 539 |
| 6.3.     | A Proteção das Florestas e demais formas de Vegetação .....                                                                                  | 540 |
| 6.3.1.   | Introdução.....                                                                                                                              | 540 |
| 6.3.2.   | As Áreas de Preservação Permanente.....                                                                                                      | 544 |
| 6.3.3.   | Reserva Legal .....                                                                                                                          | 547 |

|        |                                                                                                                    |     |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.3.4. | Autorização de Supressão de Vegetação Nativa fora da incidência da Lei da Mata Atlântica .....                     | 552 |
| 6.3.5. | Mata Atlântica.....                                                                                                | 553 |
| 6.3.6. | Áreas Úmidas.....                                                                                                  | 561 |
| 6.4.   | Terras indígenas.....                                                                                              | 565 |
| 6.4.1. | Terras indígenas e a Lei 12.651/2012: retrocesso socioambiental.....                                               | 568 |
| 6.5.   | Terras de remanescentes de quilombos .....                                                                         | 570 |
| 7.     | FAUNA E DIREITO ANIMAL.....                                                                                        | 572 |
| 7.1.   | Introdução.....                                                                                                    | 572 |
| 7.2.   | A classificação dos Animais.....                                                                                   | 574 |
| 7.3.   | A proteção jurídica dos Animais.....                                                                               | 575 |
| 7.4.   | Competências materiais dos entes federativos para a proteção dos animais .....                                     | 578 |
| 7.5.   | Das políticas públicas de controle populacional de cães e gatos.....                                               | 580 |
| 7.6.   | A Lei Federal 10.519/2002 e a questão dos rodeios.....                                                             | 582 |
| 7.7.   | O abate de animais no âmbito dos cultos religiosos.....                                                            | 584 |
| 8.     | RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....                                                                                    | 585 |
| 8.1.   | Responsabilidade Ambiental Civil.....                                                                              | 586 |
| 8.2.   | Responsabilidade Ambiental Penal .....                                                                             | 591 |
| 8.2.1. | Introdução.....                                                                                                    | 591 |
| 8.2.2. | Responsabilidade da pessoa jurídica e seus integrantes.....                                                        | 592 |
| 8.2.3. | Tipicidade e aplicação do princípio da insignificância.....                                                        | 594 |
| 8.2.4. | Penas aplicáveis e dosimetria.....                                                                                 | 595 |
| 8.2.5. | Direito Penal negociado: transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não-persecução penal ..... | 599 |
| 8.2.6. | Confisco de produtos e instrumentos do crime.....                                                                  | 600 |
| 8.2.7. | Lavagem de dinheiro de crimes ambientais .....                                                                     | 603 |
| 8.2.8. | Competência para julgamento de crimes ambientais.....                                                              | 603 |
| 8.3.   | Responsabilidade Ambiental Administrativa.....                                                                     | 606 |
|        | Referências bibliográficas.....                                                                                    | 612 |

## 7. A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

|      |                                                                                                                      |     |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|      | <i>Zani Cajueiro Tobias de Souza</i> .....                                                                           | 621 |
|      | INTRODUÇÃO .....                                                                                                     | 621 |
| 1.   | EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....                                                                     | 622 |
| 2.   | O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ELEMENTO DO MEIO AMBIENTE .....                                                           | 628 |
| 3.   | PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DE OUTROS DIPLOMAS: SOFT LAW, RECOMENDAÇÕES E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS..... | 630 |
| 4.   | DOS VALORES A SEREM CONSIDERADOS PARA A PRESERVAÇÃO DO BEM CULTURAL.....                                             | 632 |
| 4.1. | Princípio da Participação Popular .....                                                                              | 633 |
| 4.2. | Princípio da Cooperação.....                                                                                         | 635 |

|        |                                                                                                                                                 |     |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3.   | Princípio da Funcionalidade Compatível .....                                                                                                    | 637 |
| 4.4.   | Princípio da Intervenção Estatal Obrigatória .....                                                                                              | 638 |
| 4.5.   | Princípios da Prevenção e Prevenção .....                                                                                                       | 639 |
| 5.     | BENS CULTURAIS EM ESPÉCIE .....                                                                                                                 | 639 |
| 5.1.   | Dos Bens Imateriais .....                                                                                                                       | 639 |
| 5.2.   | Bens materiais .....                                                                                                                            | 640 |
| 5.2.1. | Limites da restauração .....                                                                                                                    | 641 |
| 5.2.2. | Do patrimônio arqueológico .....                                                                                                                | 642 |
| 5.2.3. | Do patrimônio paleontológico .....                                                                                                              | 644 |
| 6.     | DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....                                                                                       | 646 |
| 6.1.   | Tutela no âmbito administrativo .....                                                                                                           | 646 |
| 6.1.1. | Do registro .....                                                                                                                               | 646 |
| 6.1.2. | Do tombamento .....                                                                                                                             | 648 |
| 6.1.3. | Da vigilância .....                                                                                                                             | 651 |
| 6.1.4. | Do inventário .....                                                                                                                             | 652 |
| 6.1.5. | Outras formas não previstas na constituição – chancela da paisagem cultural e declaração de valor para preservação da memória ferroviária ..... | 653 |
| 7.     | DO PODER DE POLÍCIA ESTATAL .....                                                                                                               | 653 |
| 8.     | TUTELA NO ÂMBITO JUDICIAL CÍVEL .....                                                                                                           | 657 |
| 8.1.   | Ação popular .....                                                                                                                              | 657 |
| 8.2.   | Ação civil pública .....                                                                                                                        | 658 |
| 9.     | TUTELA PENAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....                                                                                                       | 661 |
| 10.    | TUTELA NO ÂMBITO LEGISLATIVO .....                                                                                                              | 663 |
| 11.    | GESTÃO DE RISCOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL .....                                                                                                   | 664 |
| 11.1.  | Da prevenção de incêndios no patrimônio cultural .....                                                                                          | 668 |
| 11.2.  | Do licenciamento ambiental como instrumento de gestão de risco .....                                                                            | 669 |
| 12.    | CONCLUSÃO .....                                                                                                                                 | 672 |
| 13.    | Referencias Bibliográficas .....                                                                                                                | 672 |

## 8. A TUTELA DO DIREITO URBANÍSTICO

|                                                                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Ivan Carneiro Castanheiro</i> .....                                                                                                              | 675 |
| 1. DIREITO URBANÍSTICO: CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....                                                                                    | 677 |
| 1.1. Introdução: O urbanismo no contexto socioambiental, político-econômico e as mudanças climáticas .....                                          | 678 |
| 1.2. Urbanismo, urbanização e urbanificação .....                                                                                                   | 680 |
| 1.3. Conceito, objeto, finalidade, importância e natureza jurídica do Direito Urbanístico .....                                                     | 681 |
| 1.4. Direito Urbanístico como direito difuso e suas consequências práticas .....                                                                    | 682 |
| 1.5. Problemas urbanísticos hodiernos: soluções e polícia habitacional .....                                                                        | 683 |
| 1.6. Competências dos entes federativos em matéria urbano-ambiental: Repartição Constitucional de competências legislativas e administrativas ..... | 684 |

|          |                                                                                                                                                                                                            |     |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.7.     | Relações do Direito Urbanístico com outras disciplinas .....                                                                                                                                               | 686 |
| 1.8.     | Legislação aplicável ao direito urbanístico: visão geral.....                                                                                                                                              | 688 |
| 1.8.1.   | Rol legislativo federal aplicável ao Direito Urbanístico.....                                                                                                                                              | 688 |
| 1.8.2.   | Legislação Urbanística e Ambiental Estadual e Distrital.....                                                                                                                                               | 691 |
| 1.8.3.   | Legislação Urbanística Municipal e Código de Posturas.....                                                                                                                                                 | 692 |
| 1.8.4.   | Histórico legislativo sobre urbanismo e polêmica quanto à vigência do DL 58/37 e DL 271/67.....                                                                                                            | 692 |
| 1.8.4.1. | Decreto-Lei 58/37.....                                                                                                                                                                                     | 693 |
| 1.8.4.2. | Decreto-Lei 271/67 .....                                                                                                                                                                                   | 693 |
| 2.       | DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E ÀS CIDADES SUSTENTÁVEIS: CONCRETIZAÇÃO POR MEIO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL, URBANÍSTICO E AMBIENTAL, BEM COMO DE SEUS INSTRUMENTOS .....                     | 694 |
| 2.1.     | Papel dos princípios no Direito e sua aplicabilidade aos direitos sociais e ao direito urbanístico, em especial .....                                                                                      | 696 |
| 2.1.1.   | Dignidade da pessoa humana e o direito à moradia em condições adequadas .....                                                                                                                              | 701 |
| 2.1.1.1. | Dignidade humana e economia de livre mercado (iniciativa privada) no contexto urbanístico .....                                                                                                            | 705 |
| 2.2.     | Alguns princípios do Direito Urbanístico.....                                                                                                                                                              | 708 |
| 2.3.     | Função social do direito, função social da propriedade e função social da cidade.....                                                                                                                      | 709 |
| 2.3.1.   | Função social da propriedade urbana e das cidades.....                                                                                                                                                     | 710 |
| 2.4.     | A patrimonialização do direito de construir: direito de superfície, operações consorciadas, outorga onerosa do direito de construir, alteração de uso do solo e transferência do direito de construir..... | 712 |
| 2.4.1.   | Direito de superfície .....                                                                                                                                                                                | 712 |
| 2.4.2.   | Direito de preempção.....                                                                                                                                                                                  | 714 |
| 2.4.3.   | Operações urbanas consorciadas .....                                                                                                                                                                       | 716 |
| 2.4.4.   | Outorga onerosa do direito de construir ("solo criado" ou "solo virtual") .....                                                                                                                            | 718 |
| 2.4.5.   | Alteração de uso do solo.....                                                                                                                                                                              | 719 |
| 2.4.6.   | Transferência do direito de construir.....                                                                                                                                                                 | 720 |
| 3.       | REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES URBANAS E MICRORREGIÕES ..                                                                                                                                            | 722 |
| 3.1.     | Considerações gerais.....                                                                                                                                                                                  | 722 |
| 3.1.1.   | Operações urbanas consorciadas interfederativas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.....                                                                                                      | 725 |
| 3.2.     | Estatuto da Metrópole .....                                                                                                                                                                                | 726 |
| 3.2.1.   | Da governança interfederativa de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas .....                                                                                                                    | 726 |
| 3.2.1.1. | Dos instrumentos de desenvolvimento urbano integrado .....                                                                                                                                                 | 727 |
| 3.2.1.2. | Planos de desenvolvimento nas regiões metropolitanas, aglomeração urbanas e microrregiões .....                                                                                                            | 728 |

|          |                                                                                                                                                                                            |     |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2.1.3. | Necessidade de compatibilização entre ordenamento territorial de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregionais com os Planos Diretores Municipais .....                   | 728 |
| 3.2.1.4. | Do apoio da União à governança interfederativa..                                                                                                                                           | 729 |
| 3.2.1.5. | Participação popular e Estatuto da Metrópole.....                                                                                                                                          | 730 |
| 3.3.     | Legislação estadual sobre regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões .....                                                                                               | 731 |
| 3.4.     | Competências federativas urbano-ambiental em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas: Estatuto da Metrópole e o STF.....                                                             | 732 |
| 3.5.     | Anuência prévia dos Estados-membros na aprovação de parcelamentos urbanos: casos em que há a obrigatoriedade – parcelamento de solo em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ..... | 733 |
| 4.       | ESTATUTO DA CIDADE (EC) .....                                                                                                                                                              | 734 |
| 4.1.     | Introdução.....                                                                                                                                                                            | 734 |
| 4.2.     | Diretrizes e objetivos.....                                                                                                                                                                | 735 |
| 4.3.     | Instrumentos tradicionais de intervenção e de limitação da propriedade urbana .....                                                                                                        | 736 |
| 4.3.1.   | Introdução .....                                                                                                                                                                           | 736 |
| 4.3.2.   | Restrições ou limitações administrativas à propriedade urbana.....                                                                                                                         | 737 |
| 4.3.3.   | Desapropriação para fins urbanísticos .....                                                                                                                                                | 739 |
| 5.       | PLANO DIRETOR.....                                                                                                                                                                         | 740 |
| 5.1.     | Conceito, características e requisitos gerais: .....                                                                                                                                       | 741 |
| 5.2.     | Aspectos fundamentais do Plano Diretor.....                                                                                                                                                | 743 |
| 5.3.     | Objetivos, conteúdo e regras do plano diretor.....                                                                                                                                         | 747 |
| 5.3.1.   | Conteúdo do Plano Diretor em áreas de risco: zonas sujeitas a deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.....                  | 748 |
| 5.4.     | Zoneamento e Plano Diretor .....                                                                                                                                                           | 749 |
| 5.4.1.   | Conceito de zoneamento urbano, finalidades e importância..                                                                                                                                 | 750 |
| 5.4.2.   | Usos do solo e zonas de uso .....                                                                                                                                                          | 751 |
| 5.4.3.   | Categorias de uso .....                                                                                                                                                                    | 752 |
| 5.4.4.   | Regime jurídico do zoneamento – implantação por meio de lei ou de decreto? .....                                                                                                           | 753 |
| 5.4.5.   | Alterações do Zoneamento e consequências.....                                                                                                                                              | 754 |
| 5.4.6.   | Caracterização do solo como rural ou urbano: requisitos, disciplina e consequências – Condomínios ou ranchos de lazer.                                                                     | 756 |
| 5.4.6.1. | Desmembramento de área rural para fins de loteamento destinado a fim residencial ou recreacional: Entendimento do INCRA e Reserva Legal .....                                              | 757 |
| 5.5.     | Plano Diretor e leis setoriais ou complementares .....                                                                                                                                     | 760 |
| 5.5.1.   | Tipologia dos planos diretores: autoaplicabilidade? .....                                                                                                                                  | 761 |

|          |                                                                                                                                                                                                                                     |     |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.6.     | Natureza Jurídica do Plano Diretor: obrigatoriedade, vigência, suficiência, limites e alcance.....                                                                                                                                  | 762 |
| 5.7.     | Elaboração e aprovação do Plano Diretor: fases, requisitos, conceitos técnicos dos documentos que o compõe. Consequências da inexistência do plano .....                                                                            | 764 |
| 5.8.     | Participação popular na elaboração e revisão do Plano Diretor: Gestão democrática das cidades e improbidade administrativa em caso de descumprimento .....                                                                          | 766 |
| 5.9.     | Direito de Protocolo: iminência de alteração do Plano Diretor e pedido de aprovação de empreendimentos sob à égide da legislação vigente quando do ingresso do pedido junto ao órgão público competente. Direito adquirido (?)..... | 768 |
| 5.10.    | Execução do plano diretor e fiscalização.....                                                                                                                                                                                       | 771 |
| 6.       | LEI Nº 6.766/79 E A DISCIPLINA DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO: REQUISITOS PARA LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO, CONDOMÍNIOS OU LOTEAMENTOS FECHADOS, EQUIPAMENTOS URBANOS E COMUNITÁRIOS.....                                            | 773 |
| 6.1.     | Objeto da Lei 6.766/79 .....                                                                                                                                                                                                        | 774 |
| 6.2.     | Normas gerais da “Lei Lehmann” e competência complementar estadual, distrital e/ou municipal .....                                                                                                                                  | 775 |
| 6.2.1.   | Especificidades da competência do Município ou do Distrito Federal para aprovação dos parcelamentos ou desmembramento do solo urbano. Fixação das diretrizes e exceções.....                                                        | 777 |
| 6.3.     | Conceitos e requisitos da Lei 6.766/79: Gleba e lotes, parcelamento (loteamento e desmembramento), arruamento, recuos, infraestrutura mínima (equipamentos urbanos e comunitários), remembramento.....                              | 778 |
| 6.3.1.   | Conceito de Gleba e de lote .....                                                                                                                                                                                                   | 778 |
| 6.3.2.   | Conceito de loteamento, desmembramento, desdobro e remembramento.....                                                                                                                                                               | 780 |
| 6.3.3.   | Loteamento ou desmembramento clandestino.....                                                                                                                                                                                       | 781 |
| 6.3.4.   | Loteamentos ou desmembramentos irregulares.....                                                                                                                                                                                     | 782 |
| 6.3.5.   | Consequências dos loteamentos clandestinos ou irregulares .                                                                                                                                                                         | 782 |
| 6.3.6.   | Sistema Viário .....                                                                                                                                                                                                                | 783 |
| 6.3.6.1. | O problema da rua particular e de uso particular da rua. ....                                                                                                                                                                       | 784 |
| 6.3.7.   | Tamanho do lote, coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, recuos e outras restrições civis e/ou administrativas....                                                                                                         | 786 |
| 6.3.8.   | Equipamentos urbanos e infraestrutura básica do loteamento ou desmembramento: Loteamento comum, habitação de interesse social e REURB .....                                                                                         | 789 |
| 6.3.9.   | Equipamentos comunitários: Áreas institucionais (espaços livres, áreas verdes, área de lazer e recreação).....                                                                                                                      | 790 |
| 6.3.9.1. | Áreas verdes e espaços livres.....                                                                                                                                                                                                  | 791 |
| 6.3.9.2. | Áreas pública: (im)possibilidade de alteração (desafetação).....                                                                                                                                                                    | 793 |



|          |                                                                                                                                                        |     |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.3.9.3. | Restrições urbanísticas convencionais: posterior alteração legislativa – Direito adquirido/princípio da proibição do retrocesso (?).....               | 794 |
| 6.4.     | Fases da implantação de um loteamento: Lei 6.766/79.....                                                                                               | 796 |
| 6.4.1.   | Obtenção de certidão de diretrizes – requisitos para elaboração do projeto de loteamento ou desdobramento e prazo de validade.....                     | 798 |
| 6.4.2.   | Projeto de loteamento ou desmembramento: Requisitos urbanísticos do parcelamento.....                                                                  | 799 |
| 6.5.     | Restrições e vedações ao parcelamento do solo urbano: hipóteses.....                                                                                   | 801 |
| 6.5.1.   | Áreas de risco, alagadiças e sujeitas a inundações .....                                                                                               | 802 |
| 6.5.2.   | Áreas aterradas com material nocivo à saúde pública .....                                                                                              | 804 |
| 6.5.3.   | Áreas de preservação permanente e áreas de mananciais (APP) .....                                                                                      | 804 |
| 6.5.4.   | Espaços não-edificáveis (Faixas “non aedificandi”) ao longo de estradas e dutos).....                                                                  | 809 |
| 6.6.     | Registro público e parcelamento de solo.....                                                                                                           | 810 |
| 6.6.1.   | O papel do registrador imobiliário no registro de parcelamento de solo e suas consequências .....                                                      | 813 |
| 6.6.2.   | Do procedimento de dúvida registrária quanto aos parcelamentos de solo e a “dúvida inversa” .....                                                      | 815 |
| 7.       | “CONDOMÍNIO EDILÍCIO”, “CONDOMÍNIO DE LOTES”, “LOTEAMENTOS FECHADOS”, “CONDOMÍNIOS DE LAZER ETC. ....                                                  | 817 |
| 7.1.     | Razões e contexto da existência de outras modalidades de parcelamento de solo.....                                                                     | 817 |
| 7.2.     | Diferenças entre “condomínio”, “loteamento fechado” e “condomínios de lotes” .....                                                                     | 819 |
| 7.3.     | (i) legalidade dos “loteamentos fechados” .....                                                                                                        | 821 |
| 7.4.     | Posterior fechamento de loteamento instituído como “aberto”, loteamento de acesso controlado e instituição de “taxa” condominial: legalidade (?) ..... | 826 |
| 7.4.1.   | Cobrança da taxa condominial e sua legalidade .....                                                                                                    | 828 |
| 8.       | LICENÇAS E ALVARÁS: REQUISITOS (EIA, EIV ETC.) E (IN)VALIDADE .....                                                                                    | 830 |
| 8.1.     | Considerações gerais sobre licenças ambientais e urbanísticas .....                                                                                    | 831 |
| 8.2.     | Das autorizações, licenças e alvarás: Conceitos, distinções e consequências jurídicas.....                                                             | 832 |
| 8.3.     | Requisitos e disciplina das licenças.....                                                                                                              | 834 |
| 8.3.1.   | EIA ou EPIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....                                                                                                 | 836 |
| 8.3.2.   | IV – Estudo de Impacto de Vizinhança .....                                                                                                             | 839 |
| 8.3.2.1. | EIV e audiência pública: Exigibilidade (?).....                                                                                                        | 842 |
| 8.3.3.   | EIA e EIV: Semelhanças, diferenças e (im)possibilidade de exigência simultânea.....                                                                    | 843 |
| 8.4.     | Licenças e autorizações urbanísticas e edificações.....                                                                                                | 844 |
| 8.5.     | Validade, caducidade, anulação, alteração, revogação ou suspensão das licenças.....                                                                    | 846 |

|         |                                                                                                                                             |     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 9.      | URBANISMO, SANEAMENTO BÁSICO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO/REGULARIZAÇÃO DE CIDADES RESILIENTES..... | 847 |
| 9.1.    | Introdução: A Crise Climática como Questão de Justiça Socioambiental Urbana.....                                                            | 847 |
| 9.2.    | A Vulnerabilidade das Cidades Brasileiras: Diagnóstico de um Território em Risco .....                                                      | 847 |
| 9.3.    | O Arcabouço Jurídico-Institucional para a Ação Ministerial.....                                                                             | 848 |
| 9.3.1.  | Fundamentos Constitucionais e o Dever de Proteção Estatal .                                                                                 | 850 |
| 9.3.2.  | O Planejamento Urbano como Ferramenta de Prevenção e Adaptação .....                                                                        | 851 |
| 9.4.    | Saneamento Básico: Pilar Estratégico para a Resiliência Urbana e a Justiça Social.....                                                      | 851 |
| 9.4.1.  | O Novo Marco Legal do saneamento e o Desafio da Universalização Inclusiva na cidade formal e informal.....                                  | 851 |
| 9.4.2.  | A Indissociabilidade entre Saneamento Básico e Regularização Fundiária Urbana (REURB) – Papel do Ministério Público.....                    | 853 |
| 10.     | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB).....                                                                                                 | 854 |
| 10.1.   | Considerações Gerais.....                                                                                                                   | 854 |
| 10.2.   | Espécies de Reurb na lei 13.465/17: REURB-S, REURB-E; REURB Inominada e respectivas disciplinas.....                                        | 856 |
| 10.3.   | Atores da REURB .....                                                                                                                       | 858 |
| 10.4.   | Princípios, diretrizes e objetivos da Reurb.....                                                                                            | 859 |
| 10.5.   | Marco legal da REURB.....                                                                                                                   | 860 |
| 10.6.   | Alguns regramentos da REURB .....                                                                                                           | 862 |
| 10.6.1. | Regularização de lote isolado: (im)possibilidade.....                                                                                       | 865 |
| 10.6.2. | Rol normativo federal da regularização fundiária .....                                                                                      | 866 |
| 10.6.3. | REURB em área de preservação permanente (APP).....                                                                                          | 867 |
| 10.6.4. | Prioridade de relocação dos moradores removidos em razão da REURB: APP e áreas de risco.....                                                | 870 |
| 10.6.5. | REURB e metas de universalização no Novo Marco Legal do Saneamento.....                                                                     | 872 |
| 10.7.   | REURB: infraestrutura essencial e saneamento básico.....                                                                                    | 874 |
| 10.8.   | Aprovação do Projeto de REURB: licenciamento e consequências jurídicas .....                                                                | 878 |
| 10.9.   | Considerações finais sobre REURB.....                                                                                                       | 879 |
| 11.     | ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PROATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO URBANISMO.....                                                                     | 881 |
| 11.1.   | Fomentando a infraestrutura verde: soluções baseadas na natureza (SBN) e mudanças climáticas.....                                           | 881 |
| 11.2.   | O Argumento Econômico como Ferramenta de Convicção.....                                                                                     | 882 |
| 11.3.   | A governança cooperativa, o processo estratégico e o papel catalisador do Ministério Público no urbanismo .....                             | 883 |

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 12. CONCLUSÃO: O PROMOTOR DE JUSTIÇA COMO AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS E JUSTAS ..... | 885 |
| 13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                       | 886 |

## 9. A TUTELA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Jadir Cirqueira de Souza   Rafael de Oliveira Costa</i> .....                                                        | 899 |
| Introdução .....                                                                                                        | 899 |
| 1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TUTELA DOS DIREITOS E INTERESSES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....                              | 900 |
| 1.1. A Doutrina da Absoluta Indiferença .....                                                                           | 900 |
| 1.2. A FASE DA MERA IMPUTAÇÃO CRIMINAL OU DO DIREITO PENAL DIFERENCIADO .....                                           | 902 |
| 1.3. Fase Tutelar: A Doutrina Menorista .....                                                                           | 902 |
| 1.4. A Doutrina da Proteção Integral .....                                                                              | 906 |
| 2. Regime constitucional dos direitos de crianças e adolescentes .....                                                  | 907 |
| 3. O Ministério Público e a defesa dos interesses e direitos fundamentais de crianças e de adolescentes .....           | 908 |
| 4. A proteção administrativa dos direitos de crianças e adolescentes .....                                              | 915 |
| 4.1. Dos Conselhos Tutelares .....                                                                                      | 920 |
| 5. proteção JUDICIAL dos interesses E DIREITOS de crianças e adolescentes .....                                         | 922 |
| 5.1. A Proteção Judicial dos Interesses e Direitos Individuais de Crianças e Adolescentes .....                         | 924 |
| 5.1.1. Competência .....                                                                                                | 924 |
| 5.1.2. Sistemática Recursal .....                                                                                       | 927 |
| 5.2. A Proteção Judicial dos Interesses e Direitos Coletivos de Crianças e Adolescentes .....                           | 928 |
| 5.2.1. Fundamentos da Tutela Coletiva .....                                                                             | 930 |
| 5.2.2. Objeto do Processo Coletivo .....                                                                                | 930 |
| 5.2.3. Bases Procedimentais do Processo Coletivo .....                                                                  | 933 |
| 5.2.3.1. Legitimidade .....                                                                                             | 934 |
| 5.2.3.2. Inquérito Civil .....                                                                                          | 936 |
| 5.2.3.3. Recomendações .....                                                                                            | 937 |
| 5.2.3.4. Termo de ajustamento de conduta .....                                                                          | 938 |
| 5.2.3.5. Competência .....                                                                                              | 939 |
| 5.2.3.6. “Eficiência” da tutela jurisdicional coletiva e fases da violação de direitos de crianças e adolescentes ..... | 940 |
| 5.2.3.7. Coisa Julgada .....                                                                                            | 942 |
| 5.2.3.8. Custas e Honorários .....                                                                                      | 943 |
| 5.2.3.9. Sistemática Recursal .....                                                                                     | 943 |
| CONCLUSÃO .....                                                                                                         | 944 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                                        | 945 |

## 10. A TUTELA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

|                                                                                                                                                                                                         |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| <i>Sérgio Luiz Pinel Dias</i> .....                                                                                                                                                                     | 951  |
| 1. COMPREENSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO .....                                                                                                                                                              | 951  |
| 1.1. O direito à educação na constituição da república, atos internacionais e na legislação infraconstitucional .....                                                                                   | 951  |
| 1.2. A educação e sua natureza jurídica .....                                                                                                                                                           | 954  |
| 1.3. Os princípios que informam o direito à educação .....                                                                                                                                              | 958  |
| 1.3.1. O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a liberdade de aprender ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber .....                                                     | 958  |
| 1.3.2. A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais ..... | 959  |
| 1.3.3. Valorização dos profissionais da educação .....                                                                                                                                                  | 965  |
| 1.3.4. Gestão democrática do ensino público .....                                                                                                                                                       | 968  |
| 1.3.5. Garantia de padrão de qualidade .....                                                                                                                                                            | 970  |
| 1.3.6. Piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública .....                                                                                                                   | 972  |
| 1.4. Os sistemas federal, estadual e municipal de ensino .....                                                                                                                                          | 976  |
| 1.5. Os níveis escolares .....                                                                                                                                                                          | 977  |
| 1.6. Educação indígena .....                                                                                                                                                                            | 983  |
| 1.7. A defesa do direito à educação como prioridade de atuação dos órgãos de controle .....                                                                                                             | 987  |
| 1.8. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE .....                                                                                                                         | 988  |
| 2. EDUCAÇÃO ESPECIAL .....                                                                                                                                                                              | 989  |
| 2.1. O direito à educação inclusiva das pessoas com deficiência .....                                                                                                                                   | 989  |
| 2.2. A impossibilidade de cobrança de valores adicionais de alunos com deficiência .....                                                                                                                | 993  |
| 3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO .....                                                                                                                                                                 | 998  |
| 3.1. Conceito de políticas públicas .....                                                                                                                                                               | 998  |
| 3.2. Avaliação das políticas públicas de educação .....                                                                                                                                                 | 1000 |
| 3.3. Programa nacional de alimentação escolar .....                                                                                                                                                     | 1003 |
| 3.4. Programa de transporte escolar .....                                                                                                                                                               | 1005 |
| 3.5. Programa de distribuição de material didático escolar .....                                                                                                                                        | 1007 |
| 3.6. Programa de repasse de recursos federais para as escolas de educação básica .....                                                                                                                  | 1009 |
| 3.7. Da transparência das informações relacionadas às políticas públicas de educação .....                                                                                                              | 1011 |
| 3.8. O controle social de políticas públicas na Constituição da República ...                                                                                                                           | 1013 |
| 3.9. Conselho de Alimentação Escolar – CAE .....                                                                                                                                                        | 1015 |

|                                                                                  |      |
|----------------------------------------------------------------------------------|------|
| 3.10. Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB – CACS-FUNDEB ..... | 1016 |
| 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                              | 1017 |

## 11. A TUTELA DA PESSOA IDOSA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

|                                                                                                                                                                                                                                    |      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| <i>Beatriz Lopes de Oliveira   Rafael de Oliveira e Costa</i> .....                                                                                                                                                                | 1023 |
| Introdução .....                                                                                                                                                                                                                   | 1024 |
| 1. Tutela da pessoa idosa .....                                                                                                                                                                                                    | 1024 |
| 1.1. A proteção da pessoa idosa .....                                                                                                                                                                                              | 1024 |
| 1.1.1. Proteção no direito estrangeiro .....                                                                                                                                                                                       | 1025 |
| 1.1.2. Proteção no direito brasileiro .....                                                                                                                                                                                        | 1027 |
| 1.2. Princípios aplicáveis à tutela da pessoa idosa .....                                                                                                                                                                          | 1030 |
| 1.2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana .....                                                                                                                                                                               | 1030 |
| 1.2.2. Princípio da proteção integral .....                                                                                                                                                                                        | 1031 |
| 1.2.3. Princípio da prioridade .....                                                                                                                                                                                               | 1031 |
| 1.2.4. Princípio da solidariedade social .....                                                                                                                                                                                     | 1032 |
| 1.3. Direitos fundamentais da pessoa idosa .....                                                                                                                                                                                   | 1033 |
| 1.3.1. Direito à vida .....                                                                                                                                                                                                        | 1033 |
| 1.3.2. Direito à liberdade, à dignidade e ao respeito .....                                                                                                                                                                        | 1034 |
| 1.3.3. Direito a alimentos .....                                                                                                                                                                                                   | 1035 |
| 1.3.4. Direito à saúde .....                                                                                                                                                                                                       | 1038 |
| 1.3.5. Direito à educação, cultura, esporte e lazer .....                                                                                                                                                                          | 1046 |
| 1.3.6. Direito ao trabalho .....                                                                                                                                                                                                   | 1047 |
| 1.3.7. Direito à convivência familiar e comunitária .....                                                                                                                                                                          | 1048 |
| 1.3.8. Direito à previdência e assistência social .....                                                                                                                                                                            | 1049 |
| 1.3.9. Direito à habitação .....                                                                                                                                                                                                   | 1052 |
| 1.3.10. Direito ao transporte .....                                                                                                                                                                                                | 1054 |
| 1.4. Medidas de proteção aplicáveis à pessoa idosa .....                                                                                                                                                                           | 1056 |
| 1.4.1. Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade .....                                                                                                                                               | 1057 |
| 1.4.2. Orientação, apoio e acompanhamento temporários .....                                                                                                                                                                        | 1058 |
| 1.4.3. Requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar .....                                                                                                                             | 1059 |
| 1.4.4. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação ..... | 1060 |
| 1.4.5. Abrigo em entidade .....                                                                                                                                                                                                    | 1060 |
| 1.4.6. Abrigo temporário .....                                                                                                                                                                                                     | 1061 |
| 1.4.7. Procedimento para aplicação e cumprimento de medidas protetivas .....                                                                                                                                                       | 1061 |
| 1.4.7.1. Ministério Público .....                                                                                                                                                                                                  | 1061 |
| 1.4.7.2. Poder Judiciário .....                                                                                                                                                                                                    | 1062 |

|      |          |                                                                                                   |      |
|------|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
|      | 1.4.7.3. | Conselhos da Pessoa Idosa .....                                                                   | 1063 |
| 1.5. |          | Política de atendimento à pessoa idosa .....                                                      | 1063 |
|      | 1.5.1.   | Entidades de atendimento à pessoa idosa .....                                                     | 1064 |
|      | 1.5.1.1. | Princípios específicos.....                                                                       | 1064 |
|      | 1.5.1.2. | Requisitos necessários.....                                                                       | 1065 |
|      | 1.5.1.3. | Obrigações.....                                                                                   | 1066 |
|      | 1.5.1.4. | Fiscalização das entidades de atendimento .....                                                   | 1067 |
|      | 1.5.1.5. | Infrações administrativas.....                                                                    | 1069 |
|      | 1.5.1.6. | Apuração administrativa de infração às normas de proteção à pessoa idosa .....                    | 1070 |
|      | 1.5.1.7. | Apuração judicial de irregularidades em entidades de atendimento .....                            | 1072 |
| 1.6. |          | Acesso à Justiça.....                                                                             | 1073 |
|      | 1.6.1.   | Ministério Público e a tutela da pessoa idosa .....                                               | 1073 |
|      | 1.6.2.   | Tutela coletiva e individual indisponível.....                                                    | 1077 |
| 1.7. |          | Infrações penais.....                                                                             | 1078 |
| 2.   |          | Tutela da pessoa com deficiência .....                                                            | 1079 |
|      | 2.1.     | A proteção da pessoa com deficiência.....                                                         | 1079 |
|      | 2.1.1.   | Proteção internacional .....                                                                      | 1081 |
|      | 2.1.2.   | Proteção no direito brasileiro.....                                                               | 1084 |
|      | 2.1.2.1. | Políticas Públicas e proteção da pessoa com deficiência .....                                     | 1087 |
|      | 2.1.3.   | Conceito de pessoa com deficiência .....                                                          | 1088 |
|      | 2.1.4.   | Capacidade da pessoa com deficiência.....                                                         | 1090 |
| 2.2. |          | Princípios aplicáveis à tutela da pessoa com deficiência .....                                    | 1092 |
|      | 2.2.1.   | Princípio da dignidade da pessoa humana .....                                                     | 1093 |
|      | 2.2.2.   | Princípio da igualdade .....                                                                      | 1094 |
|      | 2.2.3.   | Princípio da proteção .....                                                                       | 1096 |
|      | 2.2.3.1. | Princípio da proteção e capacitismo .....                                                         | 1097 |
|      | 2.2.3.2. | Princípio da proteção e a pessoa com deficiência auditiva ou visual em privação de liberdade..... | 1097 |
|      | 2.2.4.   | Princípio da prioridade .....                                                                     | 1098 |
| 2.3. |          | Direitos fundamentais da pessoa com deficiência .....                                             | 1099 |
|      | 2.3.1.   | Direito à vida.....                                                                               | 1099 |
|      | 2.3.2.   | Direito à habilitação e à reabilitação .....                                                      | 1100 |
|      | 2.3.3.   | Direito à saúde .....                                                                             | 1103 |
|      | 2.3.4.   | Direito à educação.....                                                                           | 1106 |
|      | 2.3.5.   | Direito à moradia .....                                                                           | 1110 |
|      | 2.3.6.   | Direito ao trabalho .....                                                                         | 1113 |
|      | 2.3.7.   | Direito a assistência e previdência social.....                                                   | 1116 |
|      | 2.3.8.   | Direito à cultura, esporte, turismo e lazer.....                                                  | 1118 |
|      | 2.3.9.   | Direito ao transporte e à mobilidade.....                                                         | 1119 |

|         |                                                                                   |      |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------|------|
| 2.3.10. | Direito à participação na vida pública e política.....                            | 1121 |
| 2.4.    | Acessibilidade .....                                                              | 1123 |
| 2.4.1.  | Conceito e abrangência.....                                                       | 1123 |
| 2.4.2.  | Desenho universal .....                                                           | 1126 |
| 2.4.3.  | Elementos de urbanização.....                                                     | 1126 |
| 2.4.4.  | Desenho e localização do mobiliário urbano .....                                  | 1127 |
| 2.4.5.  | Obras e edifícios públicos e privados de uso coletivo.....                        | 1127 |
| 2.4.6.  | Veículos de transporte coletivo.....                                              | 1128 |
| 2.4.7.  | Contas, boletos, recibos, extratos e cobrança de tributos.....                    | 1128 |
| 2.4.8.  | Acesso à informação e comunicação .....                                           | 1128 |
| 2.4.9.  | Tecnologia assistiva .....                                                        | 1130 |
| 2.5.    | Ciência e tecnologia .....                                                        | 1130 |
| 2.6.    | Acesso à justiça.....                                                             | 1131 |
| 2.6.1.  | Ministério Público e a tutela da pessoa com deficiência.....                      | 1132 |
| 2.6.2.  | Tutela coletiva e individual indisponível.....                                    | 1135 |
| 2.7.    | Infrações penais e infrações administrativas.....                                 | 1136 |
| 2.8.    | Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão) ..... | 1138 |
| 3.      | Conclusões .....                                                                  | 1138 |

## 12. A TUTELA DA SAÚDE PÚBLICA

|                                                                                                           |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| <i>Igor Jordão Alves</i> .....                                                                            | 1139 |
| 1. INTRODUÇÃO: saúde pública e intervenção estrutural do ministério público ..                            | 1140 |
| 2. Objeto da intervenção: o direito fundamental à saúde .....                                             | 1140 |
| 2.1. Parâmetros normativos internacionais de adequação dos serviços de saúde.....                         | 1140 |
| 2.2. Parâmetros normativos constitucionais de adequação dos serviços de saúde.....                        | 1143 |
| 2.3. Parâmetros infraconstitucionais de adequação dos serviços de saúde..                                 | 1144 |
| 2.4. Indeterminabilidade fática do direito à saúde e o dilema institucional das políticas públicas .....  | 1147 |
| 3. MÉTODO DE INTERVENÇÃO: A PRIMAZIA DO PROCESSO ESTRUTURAL.....                                          | 1150 |
| 3.1. Notas conceituais sobre o processo estrutural .....                                                  | 1150 |
| 3.2. Fundamentos normativos para adoção da metodologia estrutural.....                                    | 1152 |
| 3.3. Gradatividade da intervenção estrutural e direitos sociais derivados no âmbito da saúde pública..... | 1154 |
| 4. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E NÍVEIS DE COMPLEXIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE .....                      | 1156 |
| 4.1. Políticas públicas e blocos de controle .....                                                        | 1156 |
| 4.2. Atenção primária e plenitude da atenção básica .....                                                 | 1157 |
| 4.3. Redes de alta e média complexidade.....                                                              | 1159 |
| 5. UNIVERSALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E INTERVENÇÃO ESTRUTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....          | 1160 |

|      |                                                                                                                  |      |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 5.1. | Possibilidades de controle orçamentário das políticas públicas de saúde.....                                     | 1160 |
| 5.2. | Emendas “PIX” e a rastreabilidade financeira da execução orçamentária.....                                       | 1164 |
| 6.   | INTEGRALIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E INTERVENÇÃO ESTRUTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....                     | 1165 |
| 6.1. | Assistência farmacêutica e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).....                             | 1165 |
| 6.2. | Incorporação de tecnologias e a intervenção do Ministério Público .....                                          | 1166 |
| 6.3. | Regulação em Saúde e o controle jurídico e social das filas de espera .....                                      | 1168 |
| 7.   | CIENTIFICIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E INTERVENÇÃO ESTRUTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....                    | 1169 |
| 8.   | EQUIDADE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E INTERVENÇÃO ESTRUTURAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....                          | 1171 |
| 8.1. | Saúde sexual e reprodutiva da mulher e proteção à maternidade .....                                              | 1171 |
| 8.2. | Proteção à maternidade e mecanismos de enfrentamento da violência obstétrica.....                                | 1173 |
| 8.3. | Política de Atenção Integral à População LGBTQIAPN+ e Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde ..... | 1175 |
| 8.4. | Tratamento dos transtornos mentais e Rede de Atenção Psicossocial... ..                                          | 1177 |
| 8.5. | Subsistema de Saúde Indígena e universalidade do atendimento.....                                                | 1183 |
| 9.   | CONCLUSÃO: INTERVENÇÃO GRADATIVA E COMPLEMENTARIEDADE ENTRE PROCEDIMENTOS, INSTITUIÇÕES E DIREITOS.....          | 1184 |
| 10.  | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                                                                                  | 1186 |

### 13. A TUTELA AGRÁRIA

|        |                                                                                                                                                                                     |      |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
|        | <i>Thiago Coelho Sacchetto</i> .....                                                                                                                                                | 1191 |
| 1.     | INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                                    | 1192 |
| 1.1.   | Direito agrário e tutela agrária .....                                                                                                                                              | 1192 |
| 1.2.   | Premissas de direito constitucional agrário .....                                                                                                                                   | 1194 |
| 1.3.   | Execução do direito agrário pela Administração Pública .....                                                                                                                        | 1198 |
| 1.3.1. | O Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e órgãos estaduais e municipais .....                                                | 1198 |
| 1.3.2. | O INCRA e as atividades-fim de direito agrário .....                                                                                                                                | 1199 |
| 1.3.3. | A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). ..... | 1202 |
| 1.4.   | Atuação processual e extraprocessual do Ministério Público na tutela agrária.....                                                                                                   | 1203 |
| 1.5.   | Atribuição federal e estadual na tutela agrária.....                                                                                                                                | 1204 |
| 2.     | COMBATE À APROPRIAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA .....                                                                                                   | 1204 |
| 2.1.   | Declaração de nulidade de registros de imóveis e matrículas por pedido administrativo .....                                                                                         | 1206 |



|        |                                                                                                                                                                                  |      |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 2.2.   | Instrumentos coletivos de controle da governança fundiária e fiscalização dos procedimentos de requalificação, regularização e retomada de imóveis registrados ilegalmente ..... | 1209 |
| 2.3.   | Cancelamento no CAR de cadastros de imóveis rurais irregulares e proibição de cadastros provisórios em áreas localizadas em terras públicas..                                    | 1212 |
| 2.4.   | Integração de sistemas fundiários, ambientais e fiscais em todos os níveis federativos .....                                                                                     | 1214 |
| 2.5.   | Controle dos atos de regularização fundiária rural .....                                                                                                                         | 1215 |
| 2.6.   | Aprimoramento dos mecanismos de identificação e rastreabilidade de produtos agrícolas e madeireiros com origem ilícita .....                                                     | 1217 |
| 2.7.   | Instituição de varas agrárias nos Tribunais e realização de concursos públicos para cartórios de registro de imóveis .....                                                       | 1218 |
| 2.8.   | Fiscalização de atos normativos e projetos de leis inconstitucionais ....                                                                                                        | 1219 |
| 3.     | DEFESA DA ORDEM JURÍDICA E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS NOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS E CRISES FUNDIÁRIAS .....                                                 | 1221 |
| 3.1.   | Institucionalização do conflito fundiário.....                                                                                                                                   | 1222 |
| 3.2.   | Análise preliminar de risco .....                                                                                                                                                | 1222 |
| 3.3.   | Registro de ameaças .....                                                                                                                                                        | 1223 |
| 3.4.   | Interlocuções e reuniões .....                                                                                                                                                   | 1223 |
| 3.5.   | Pessoas em situação de risco .....                                                                                                                                               | 1224 |
| 3.6.   | Imprensa e divulgação .....                                                                                                                                                      | 1225 |
| 3.7.   | Condutas de ocupação e direito penal.....                                                                                                                                        | 1226 |
| 3.8.   | Enfrentamento à violência e às milícias rurais .....                                                                                                                             | 1228 |
| 3.9.   | Defesa da posse e desforço imediato .....                                                                                                                                        | 1230 |
| 3.10.  | Controle externo da atividade policial .....                                                                                                                                     | 1232 |
| 4.     | FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE IMPLEMENTAÇÃO, CONCRETIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE AÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA E DE REFORMA AGRÁRIA.....                                         | 1234 |
| 4.1.   | Educação no campo .....                                                                                                                                                          | 1236 |
| 4.2.   | Acesso à eletrificação e à irrigação .....                                                                                                                                       | 1237 |
| 4.3.   | Habitação para o trabalhador rural.....                                                                                                                                          | 1238 |
| 4.4.   | Realização da reforma agrária .....                                                                                                                                              | 1240 |
| 4.4.1. | Aquisição de terras para concretização da reforma agrária ....                                                                                                                   | 1241 |
| 4.4.2. | Destinação do imóvel rural para projeto de assentamento ....                                                                                                                     | 1243 |
| 4.4.3. | Seleção de beneficiários do programa nacional da reforma agrária .....                                                                                                           | 1245 |
| 4.4.4. | Formalização do acesso à terra aos beneficiários da reforma agrária.....                                                                                                         | 1248 |
| 4.4.5. | Desenvolvimento e consolidação de projetos de assentamento .....                                                                                                                 | 1250 |
| 5.     | INTERVENÇÃO JUDICIAL EM LITÍGIOS AGRÁRIOS .....                                                                                                                                  | 1253 |
| 5.1.   | Intervenção do Ministério Público nas ações coletivas pela posse da terra .....                                                                                                  | 1253 |

|           |                                                                                                                                                                             |      |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 5.1.1.    | Oitiva do MP antes da prolação de decisões liminares nos interditos possessórios .....                                                                                      | 1254 |
| 5.1.2.    | Fiscalização dos elementos especiais da citação .....                                                                                                                       | 1254 |
| 5.1.3.    | Fiscalização da delimitação específica da área objeto do lití-<br>gio .....                                                                                                 | 1255 |
| 5.1.4.    | Aferição do cumprimento da função social da terra .....                                                                                                                     | 1256 |
| 5.1.4.1.  | Função social econômica.....                                                                                                                                                | 1257 |
| 5.1.4.2.  | Função social ambiental.....                                                                                                                                                | 1258 |
| 5.1.4.3.  | Função social sociolaboral.....                                                                                                                                             | 1259 |
| 5.1.5.    | Repercussão do descumprimento da função social da terra na<br>tutela da posse .....                                                                                         | 1260 |
| 5.1.6.    | Limites objetivos e subjetivos do processo.....                                                                                                                             | 1261 |
| 5.1.7.    | Fiscalização do cumprimento de ordens judiciais em interditos<br>possessórios .....                                                                                         | 1261 |
| 5.1.7.1.  | Da autoridade competente para execução das<br>medidas .....                                                                                                                 | 1262 |
| 5.1.7.2.  | Das providências iniciais .....                                                                                                                                             | 1262 |
| 5.1.7.3.  | Dos limites da ordem judicial.....                                                                                                                                          | 1262 |
| 5.1.7.4.  | Da documentação dos atos de desocupação .....                                                                                                                               | 1263 |
| 5.1.7.5.  | Do planejamento e da inspeção .....                                                                                                                                         | 1263 |
| 5.1.7.6.  | Da efetivação da medida .....                                                                                                                                               | 1263 |
| 5.1.7.7.  | Do uso de mão-de-obra privada para a remoção .....                                                                                                                          | 1263 |
| 5.1.7.8.  | Do uso de meios coercitivos para a desocupação<br>.....                                                                                                                     | 1264 |
| 5.1.7.9.  | Da transparência das informações .....                                                                                                                                      | 1264 |
| 5.1.7.10. | Da conotação social da ação .....                                                                                                                                           | 1264 |
| 5.1.7.11. | Do relatório final .....                                                                                                                                                    | 1264 |
| 5.2.      | Intervenção do Ministério Público nas ações dominiais de oposição ....                                                                                                      | 1264 |
| 5.2.1.    | Legitimidade do ente público para ajuizar ação de oposição<br>contra particulares que litigam pela posse de terra pública e<br>legitimidade da intervenção ministerial..... | 1265 |
| 5.2.2.    | Diligências para verificar se a terra é pública ou privada .....                                                                                                            | 1266 |
| 5.2.3.    | Da natureza precária da detenção em terras públicas .....                                                                                                                   | 1268 |
| 5.2.4.    | Limites objetivos e subjetivos do processo.....                                                                                                                             | 1268 |
| 5.2.5.    | Proteção contra o despejo forçado e sem planejamento nos<br>conflitos fundiários .....                                                                                      | 1269 |
| 5.3.      | Obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público nas ações de<br>desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária .....                                      | 1271 |
| 5.4.      | Possibilidade de intervenção do Ministério Público nas ações discrimi-<br>natórias.....                                                                                     | 1271 |
|           | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                                                                                                                            | 1272 |